

## **Ministério do Trabalho e a Consolidação das Leis Trabalhistas durante a Era Vargas (1930-1945): os avanços na legislação não foram um ato de benevolência do presidente.**

*Arthur Pereira Chagas<sup>1</sup>*

*Resumo:* O presente artigo se trata de uma análise do importante período entre 1930 e 1945, tratando especificamente do Ministério do Trabalho e da tão falada na historiografia Consolidação das Leis Trabalhistas, que não foram cedidos pelo governo federal na figura de Vargas, mas sim sendo resultante de pressão do movimento operário organizado, é importante afirmar também quais foram os trabalhadores que foram contemplados por essa legislação e quais foram deixados de lado. A relação entre economia, política, trabalhadores e patrões é um exercício excelente para compreender esse movimento pois se dava de forma em que estava tudo interligado num movimento em que cada um defendia seus interesses, pautar o controle do sindicalismo corporativista proposto pelo governo, a “democracia social” do Estado, não é interesse pensar em uma classe trabalhadora que apenas assistiu todo esse processo-histórico foram agentes políticos inclusive na instauração da legislação.

*Palavras chave:* Ministério do Trabalho; Consolidação das Leis Trabalhistas; Movimento operário; Sindicalismo Corporativista; Democracia social.

### *Sindicalismo durante o Governo Provisório (1930-1934):*

O trabalho aqui proposto não tem como objetivo fazer uma remontagem no que foi todo o movimento operário organizado durante toda a História do Brasil (ou retomar a visão clássica que determina a Primeira República como ponto de partida de organização da classe proletária), mas sim demonstrar como ações do movimento operário foram determinantes para que o governo varguista criasse tanto o Ministério do trabalho quanto às Leis Trabalhistas.

O recorte temporal tratado será esse, porém é claro sem esquecer que esse movimento não se deu de forma espontânea, muito menos foram um conjunto de ações

<sup>1</sup> Graduando em História (PUCG/UFF); e-mail: arthurpereirachagas@id.uff.br.

de imigrantes brancos pressionando o governo, é essencial para qualquer exercício de pensar a classe trabalhadora brasileira incluir nisso as experiências das pessoas que foram escravizadas, como Silvia Lara<sup>2</sup> demonstra, durante o período Imperial mercantil e escravista, uma vez que faziam motins, revoltas e toda a própria experiência na luta na luta abolicionista se somou ao novo regime republicano e de fato então capitalista, a luta agora não era contra os senhores mas sim por condições justas de trabalho, desejavam algo que os defendesse e que regulamentem as relações entre patrão e funcionário.

Getúlio Vargas chega ao poder em 1930, através do movimento conhecido pela historiografia como “Revolução de 30”, seu período no poder é conhecido como a Era Vargas (1930-1945) com divisões entre esse tempo, Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934- 1937), Estado Novo (1937-1945) não se trata de uma divisão aleatória, esses três momentos possuem diferenças aspectos na vida política e na maneira de conduzir o poder. Vargas já contava com uma vasta carreira na política gaúcha estaria agora na frente do governo federal, líder carismático e populista<sup>3</sup> através de discursos eloquentes conseguia trazer a grande massa urbana ao seu favor em vários momentos contava também com um poderoso aparato de propaganda para ser visto como um líder bondoso a ser exaltado. Dentre os “revolucionários” havia uma forte idéia de superar o que havia sido o sistema da Primeira República inclusive com a tentativa de transição na economia que antes era agrária, agora teria um esforço pela industrialização e mais que isso a nacionalização da economia brasileira, o governo varguista tinha posicionamento antiliberal, porém isso não o faz esquerdista tendo em vista que em seu posicionamento também havia muito forte o anticomunismo, uma caracterização do ponto de vista ideológico de sua Era é um conservadorismo autoritário que buscava na classe trabalhadora através de concessões a sustentação para se estabilizar no poder. É necessário ter a percepção as relações de trabalhos estão infinitamente interligadas com a economia e o sistema que é vigente no país e isso é inegável, por essa razão é muito interessante possuir a compreensão do momento

---

<sup>2</sup> “A exaltação imigrante branco, associada à ideia de incapacidade do negro para o trabalho e a afirmação de passividade dos locais, devidamente depuradas de seus termos racistas reapareceu nas bases das teses formuladas por sociólogos e historiadores do século XX sobre a transição de trabalho escravo para trabalho livre, da substituição do escravo negro pelo imigrante italiano.” (LARA, 1998, p. 29-30)

<sup>3</sup> “Foi exatamente uma política do próprio Estado, tendo no seu leme o primeiro e o maior dos populistas — Getúlio Vargas. Getúlio acreditava que o populismo seria benéfico tanto para os trabalhadores como para a burguesia.” (GORENDER, 1988, p. 59)

econômico brasileiro no governo Vargas e como se dava as relações entre capitalismo e trabalhadores:

“Sob a presidência de Getúlio Vargas, a estratégia de acumulação de capital e industrialização baseava-se principalmente em dois mecanismo de funcionamento: a manutenção da política cambial e controle das taxas cambiais, transferindo-se parte do excedente do setor agro-exportador para o setor industrial, e uma contenção relativa dos salários reais, abrandada seus efeitos sobre os trabalhadores pelo fato de as empresas estatais e privadas produzirem bens e serviços subvencionados, transferindo assim parcialmente o poder de compra para os trabalhadores assalariados.” (DREIFUSS,1981 P.32)

A classe trabalhadora não era única, não possuía apenas um projeto de sociedade e legislação e a forma de relação com o trabalho se dava, Ângela de Castro Gomes (2005) demonstra que haviam projetos socialistas e anarquistas antes mesmo de Vargas sentar na cadeira presidencial, havia pressões grandes com manifestações e greves que exigiam a melhoria nas condições de trabalho.

“O operário deveria ser político, mesmo reconhecendo que a República não fora geradora do progresso e da igualdade que ele esperava. Por isso, era preciso ter representantes no Parlamento, os quais mesmo em minoria, trariam maior respeito e atenção para com os reclamos operários.”(GOMES, 2005, P. 68)

Uma das bandeiras do novo governo era trazer consigo uma centralidade, acreditando que a antiga forma de governo era um tanto descentralizada e por isso vivia constante instabilidade, assim buscava o controle político dos estados, mas não ficava só nisso, um dos seus principais objetivos era inegavelmente controlar também a crescente movimentação da classe operária brasileira. Seria além de uma regulamentação do trabalho haveria uma fiscalização para saber se as leis realmente estavam sendo cumprida pelos patrões, Ângela de Castro Gomes em “A Invenção do Trabalhismo” e de Flávio Campinho em “Sindicalismo de Estado” demonstram essa perspectiva de um Sindicato oficial e seus respectivos desdobramentos. “Profundamente

assistencialista, a proposta circulista vinculou-se a um clima político de intenso combate ao comunismo e de grande simpatia por um Estado autoritário.”(GOMES, 2005, p.178) É nesse contexto que a Revolução de 30 ocorre, umas das primeira medidas do presidente foi justamente a construção do Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria ainda em Novembro de 1930, dentro dele existia esse projeto de “sindicato oficial” ou seja um sindicato ligado às diretrizes estatais para receber as benesses deveria seguir essa linha uma forma de sindicalismo corporativista,iria atender as demandas dos sindicatos porém apontava e delimitava que para isso deveria estar imersos no sistema capitalista, em hipótese alguma poderiam ser revolucionários, ou se expressar através de greve “(...)transição da regulação sindical liberal, típica da República Velha, para o sindicato tutelado pelo Estado, nos primeiros anos após a revolução de 1930.”(CAMPINHO, 2006, p. 116)

Por conta do momento político ainda muito instável se pensava em manter os trabalhadores controlados, esse controle era uma forma também de solapar as manifestações autônomas dos trabalhadores que pelo sindicato tinham que seguir especificamente o que o Ministério do Trabalho determinava, essa mudança ocorreu através de “O Decreto no 19.770, de 1931, estabelecia a unicidade sindical e a necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.” (CAMPINHO, 2006, p. 125) É necessário compreender que esse controle dos sindicatos atrelando ao Estado, os deixava proibidos de assumirem uma posição anticapitalista, socialistas e comunistas a idéia era não ter esses grupos que iriam contra a ordem social política e econômica vigente“[...] Getúlio assina também a chamada Lei dos Sindicatos, de março de 1931, que regulou direitos e deveres de patrões e empregados por meio de associações de classe, autorizadas e reconhecidas como interlocutoras oficiais pelo Ministério do Trabalho. “(NETO, 2013,p. 32) era um meio de ceder benefícios pelos quais passaria uma idéia de sistema sustentável e bom para os trabalhadores impedindo que se rebelassem contra o capitalismo nessas organizações e subverter a ordem vigente no país.

“A lei de sindicalização vinha transformar e ao mesmo tempo concorrer com o padrão de associação até então existente no movimento operário. Consagrando o princípio da unidade e definido o sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público, o decreto trazia as associações operárias para órbita do

Estado. Além disso, vedava os sindicatos a propaganda de ideologias políticas ou religiosas, e, embora estabelecesse a sindicalização como facultativa, tornava-a na prática compulsória, já que apenas os elementos sindicalizados poderiam gozar dos benefícios da legislação social.”(GOMES, 2005, p. 163)

No âmbito político havia a crença dos revolucionários de 1930 em superar o liberalismo presente na Primeira República que para eles era o motivo de ter sido um momento com tanta instabilidade e desordem<sup>4</sup>. Pensando nessa perspectiva é possível concluir que o trabalho não estava longe dessa perspectiva também tanto houve o esforço para deixar para trás o modelo de sindicalização liberal mas autônomo e passou para esse sindicalismo corporativo que estava atrelado às diretrizes estatais, poderiam negociar porém uma greve por exemplo estava fora de cogitação e até mesmo da legalidade, compreender todo arcabouço ideológico que buscava centralizar e em partes deixar para trás a antiga estrutura política é essencial ver como essa relação entre o Estado Federal e os trabalhadores se dava, esse novo sindicalismo estaria dentro delimitado por eles, ou seja, pode ser compreendido como um grande acordo também com o patronato. Vargas foi um grande estadista e uma das suas maiores virtudes como político era o fato de conseguir conciliar os interesses, sempre parecendo que um lado tinha saído na vantagem quando na verdade teria cedido aos dois, para continuar com prestígio e apoio político para poder se estabelecer quanto mais tempo fosse necessário para o seu projeto de um novo Estado Nacional brasileiros sob o comando varguista.

*Estado Novo, democracia social e trabalhadores (1937-1945):*

A constituição de 1934 para os revolucionários era como uma traição para o legado de 1930, como um retrocesso liberalizante, mas a resposta para a insatisfação desses grupos não demorou a chegar. A terceira parte do governo de Vargas ficou conhecido como Estado Novo (1937-1945) foi a parte mais autoritária do seu regime, uma verdadeira ditadura nacionalista, o que estava previsto na constituição de 1934 foi

---

<sup>4</sup> “A Revolução de 1930 assumia assim o caráter de um movimento de libertação da trágica experiência liberal da Primeira República. O contexto político em que esse movimento fora o de uma verdadeira perda de autoridade e esgotamento das formas de conciliação política.” (GOMES, 2005, p. 193)

simplesmente deixado de lado, usando o “Plano Cohen”<sup>5</sup> como uma justificativa para centralizar mais o mandato governar com mão de ferro e se perpetuar ainda por mais tempo no poder, muito se sabe que na verdade hoje tal plano se tratou de um golpe não havia qualquer menção dos comunistas realmente alcançarem o poder.

“Os períodos eleitorais corresponderiam a momentos de instabilidade diante da ausência de partidos de caráter nacional e da inexistência de concepções que expressassem pretensões legitimamente coletivas. Para Vargas, o modelo liberal havia fracassado em resolver as necessidades reais da população.”(JUNIOR, 2018, p. 236)

Essa análise de Cláudio Alcântara Meireles Junior é interessante pois traz alguns discursos de Vargas logo quando dá o golpe para continuar no poder e assim dar início ao Estado Novo<sup>6</sup>, mostrando que para ele o Estado liberal tinha fracassado e deveria romper com esse modelo no aspecto político deveria então partir para o que eles chamaram de “democracia social”, ou seja, uma visão mais autoritária, de uma ditadura muito repressiva contra os opositores, porém não assumia esse posicionamento “Observa-se então que Getúlio Vargas buscou afastar a pecha de regime não democrático[...]”(JUNIOR, 2018, p. 240) e criou-se esse termo, para tentar fazer com que os trabalhadores acreditassem que seria necessário toda aquela centralização para inclusive fechando o parlamento, para que alguns de seus direitos fossem aprovados, é dessa estratégia política de poder que surge essa tal “Democracia Social” de Vargas que de democracia não possuía absolutamente nada, esse conceito não vai trazer o aumento de direitos políticos aos trabalhadores, mas em contrapartida mesmo que através de centralização e repressão a opositores ela traz um aumento relativo nos direitos sociais vistos na legislação trabalhista, tanto que a própria separação em três poderes sofre muito com Estado Novo, seus intelectuais como por exemplo Oliveira Vianna

---

<sup>5</sup> “O suposto plano de poder pelos comunistas, conforme descrito no documento, era detalhado e provocou pânico na opinião pública: haveria saques, fuzilamentos de lideranças civis e religiosas, depredações, invasões de propriedade privadas e lares, com violação das mulheres ‘burguesas’. Mais tarde revelou-se que o Plano Cohen era falso e tinha sido elaborado pelos integralistas para provocar uma reação das milícias fascistas.”(NAPOLITANO, 2016, p. 113)

<sup>6</sup> “O projeto inicial dos ideólogos estado-novistas era organizar uma estrutura política corporativa, altamente verticalizada, garantida pelo culto à personalidade do presidente da República e pela tutela de um Estado sustentado por uma burocracia técnica.” (NAPOLITANO, 2016, p.123/124)

considerava o Legislativo um atraso, Azevedo Amaral<sup>7</sup> acreditava que a democracia liberal era um problema, que os direitos sociais demoravam muito para serem votados, e por essa razão a implantação dessa ditadura foi necessária, com o pressuposto de todos os poderes centralizados na figura do Presidente Vargas essas benesses para a população se dariam mais rápido, mas não pode esquecer que esses direitos sociais e trabalhistas foram uma forma também de abrandar todo seu caráter de um regime autoritário e antidemocrático com preceitos antiliberais e nacionalizantes da economia.

“No Brasil de Vargas, conforme já dito, as transformações eram promovidas pelo alto, e a cidadania era concedida pelo Estado tutor da sociedade, a partir da regulamentação das ocupações profissionais. Isso significou que, na medida em que a pseudodemocracia estado novista era social e não política – ou seja, ninguém exercia direitos políticos, portanto, a cidadania não estava atrelada à participação popular na composição do governo ou mesmo nas decisões do mesmo –, somente seriam cidadãos os que fossem contemplados com direitos sociais pelo Estado Social, que não o fazia para todos de forma universalizante.”(JUNIOR, 2018, p. 243)

O historiador tem compromisso com a crítica, não com personagem A ou B sendo levado a um papel de herói ou vilão, o objetivo aqui então é analisar a relação entre trabalhadores e o Estado na figura de Vargas, não foi um presidente que utilizava a bandeira do trabalhismo simplesmente porque buscava a melhoria na vida dos trabalhadores, mas sim era a forma de se estabelecer no poder e usar a centralização a seu favor para frear avanços de movimentos sociais, com as leis trabalhistas melhorando a condição de vida dos trabalhadores urbanos acabava assim criando um contexto de Bem estar social. A propaganda varguista através do DIP<sup>8</sup> (Departamento de Imprensa e Propaganda) trabalhou muito no sentido de trazer uma positivação da imagem do

<sup>7</sup> “O método demagógico de representação adotado pela democracia liberal e nela considerado como o mais perfeito, isto é, o sufrágio universal com eleição direta, não permite nem pode permitir a representação, autêntica das forças ativas da sociedade.” (AMARAL, 2002, p. 193-194)

<sup>8</sup> “Em 1938 a máquina política do Estado, tendo como cabeça o DIP, começou a articular, possivelmente, uma das mais bem-sucedidas campanhas de propaganda política do nosso país. Getúlio era seu personagem central, e desde este ano até 1944 o empreendimento não cessou de crescer. Festividades, cartazes, fotografias, artigos, livros, concursos escolares, e toda uma enorme gama de iniciativas foi empreendida em louvor do chefe do Estado Novo.”(GOMES, 2005, p. 219)

presidente muitas vezes colocado como o trabalhador número um do país, um exemplo que deveria ser seguido pelo cidadão-trabalhador brasileiro, nesse contexto o trabalho ganha uma expressiva centralidade até mesmo no papel de cidadania, o trabalhador aquele que produz seria então a pessoa com os atributos para ser chamada de cidadão, os que trabalhassem e contribuíssem para os avanços do país, os trabalhadores que antes ficavam muito marginalizados e não eram lá colocado como importantes para a formação de identidade nacional no discurso varguista ganha esta centralidade, que é possível perceber que foi estratégica, mas também é razoável entender por que as massas populares compraram o discurso varguista, não foi uma simples manipulação, os direitos (Carteira do trabalho, regulamentação do salário mínimo, 8 horas de trabalho por dia, nacionalização da mão de obra, direito a férias) conseguidos através de pressão popular por vezes eram atribuídos à imagem do Presidente Vargas, que sim assinava leis mas não era simplesmente porque desejava a melhoria na vida do operariado, mas como dito antes é possível reparar o porquê do apoio dos trabalhadores urbanos a ele, mesmo que de maneira limitada houve exponencial melhora na vida dessas pessoas. Por um exemplo da positividade construída e até a memória que sucede o período varguista, é a imagem a seguir:



Fonte: Catálogo presente no DIP durante o Estado Novo, apud NETO, Lira. Getúlio: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945).

Outra medida importante para se propagar a imagem de Vargas foi a adesão pelo Ministro do Trabalho Marcondes Filho do programa de rádio “Hora do Brasil” neste momento o rádio era muito popular e assim veio a idéia de usar discursos simples que aproximasse toda a melhoria de condição de vida a figura do presidente, esta estratégia é uma forma de atrair as massas dentro campo cultural, gostando ou não esse trabalho surtiu efeito sobre a própria memória dos trabalhadores.

“Era dele que todas as instruções emanavam, era ele o inspirador executor de toda a legislação elaborada. Neste sentido, é interessante observar o lugar ocupado por Vargas e pelo próprio Marcondes nessas mensagens radiofônicas. Vargas era sempre o sujeito da ação: Vargas criou, determinou, estabeleceu, assinou, mandou executar ou cuidar para que etc. Já o ministro cumpria suas determinações, discutindo com ele todos os projetos. Assim, nada se tinha feito ou se fazia nesta área sem o prévio e direto conhecimento e aprovação de Vargas.”(GOMES, 2005, p. 221)

Não era um governo puritano que estava só a serviço dos trabalhadores como sua propaganda tentava mostrar, na realidade Getúlio sempre foi um bom estadista e nesse sentido trazia consigo a conciliação de classes, nesse contexto obviamente as oligarquias e as elites em seu mandato não ficaram de jeito nenhum desassistidas e ainda tiveram grandes privilégios, é dessa conciliação que surge a expressão “Getúlio pai dos pobres... e mãe dos ricos” apesar de alguns direitos aos trabalhadores ainda a elite era quem tinha os maiores benefícios através do Estado. “É ilustrativo recordar que a imagem a que se recorria nos discursos políticos do Estado Novo para a caracterização do processo de construção da nação/Estado era a da formação de uma grande família, em que o presidente era o "pai dos pobres", isto é, o pai do povo trabalhador.” (GOMES, 2005, 230) A própria cúpula do governo tinha esse interesse de dar um ar paternalista a Vargas, como um presidente que amava e protegia seu povo e por isso tentava uma “justiça social” através da legislação para os trabalhadores. O governo queria passar uma imagem de perspectiva de dar e receber, como se os direitos sociais materializados no avanço na legislação fossem “dados” pelo presidente que amava o povo trabalhador e por isso interveio ao seu favor e sendo assim a classe deveria dar apoio e respaldo a Vargas como se ele fosse um defensor de todas as suas causas como Ângela de Castro Gomes demonstra:

“Esta questão é fundamental, pois a outorga, quando pressupõe o dar e o receber, pressupõe também o termo que fecha e dá o real sentido ao círculo: o retribuir. Quem dá cria sempre uma relação de ascendência sobre o beneficiário, não só porque dá, mas principalmente porque espera o retorno. Esta expectativa não se esgota em uma possibilidade; ela é um sagrado dever. Quem recebe cria certo tipo de vínculo, de compromisso, que desemboca naturalmente no ato de retribuir. A não retribuição significa romper com a fonte de doação de forma inquestionável.”(GOMES, 2005, p.228)

Sem dúvidas todo o aparato propagandístico do DIP foi um grande sucesso pois vemos até hoje pessoas que acreditam que Vargas foi um salvador para os trabalhadores, trouxe sim alguns avanços mas estes ainda eram limitados, ficavam só no âmbito dos trabalhadores urbanos por exemplo os trabalhadores rurais seguiam sem qualquer tipo de regulamentação, as trabalhadoras domésticas só conseguiram

regulamentação de seu trabalho em 2013 muito anos depois das leis trabalhistas do governo Vargas. Fernando Teixeira da Silva (2012) traz boas discussões sobre esse assunto importante e que precisa ser mais debatido quanto o caráter excludente da CLT varguista, mesmo tratando de um recorte temporal após a Era Vargas na memória dos trabalhadores o mito varguista ainda estava presente, tenta mostrar os desdobramento do seu arcabouço de legislação trabalhista, se debruça sobre como os trabalhadores rurais sofreram exclusão inclusive da própria justiça do trabalho que em tese deveria regulamentar as condições dos trabalhadores, outra percepção muito forte é que os trabalhadores do setor rural acreditavam que as melhorias na sua condição de vida viria através das leis assim como os urbanos.

“A CLT, conquanto muito parcimoniosa em relação ao trabalhador rural assalariado, de qualquer modo dotava-o de alguns direitos, como vimos acima, criando um terreno propício para a garantia e para a expansão de benefícios sociais e trabalhistas. Pesquisas recentes mostram o papel que a CLT jogou no “imaginário camponês” e na sua luta por direitos, especialmente nos tribunais, descartando, assim, a tese da existência de um “vácuo jurídico” nos conflitos de trabalho no meio agrário.”(SILVA, 2012, p.144)

Por isso é possível concluir que apesar de avanços visíveis dentro da própria legislação trabalhista durante o período varguista esses avanços além de objetificar um controle da classe trabalhadora não abrangia ela por completo, a preocupação estava no trabalhadores urbanos fabris pois estes organizados em sindicatos autônomos eram visto como um risco a ordem vigente, neste contexto os trabalhadores rurais ficaram escanteados quanto os direitos sociais, ora, por trabalhar em área rural este trabalhador seria menos digno de ter acesso aos direitos básicos dos trabalhadores? Outro grupo que foi excluído da CLT varguista foram as trabalhadoras domésticas, apenas conseguindo a regulamentação de sua profissão no ano de 2013, por essa razão é necessário o esforço de compreender a classe trabalhadora não apenas como os trabalhadores urbanos e de fábricas, os trabalhadores rurais e domésticos precisam vender sua força de trabalho assim como eles, então não inferiores ou menores, a falta de compreensão da multiplicidade da classe operária da CLT foi sem dúvidas um de seus maiores defeitos,

deve então ser contemporizada não foi salvação geral da classe trabalhadora, apesar de trazer avanços para os trabalhadores urbanos.

*Referência Bibliográfica:*

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A invenção do trabalhismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

LARA, Silvia Hunold. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. Projeto História, São Paulo, v.16, 1998.

CAMPINHO, Fábio. “Sindicalismo de Estado: Controle e repressão na Era Vargas (1930-1935)”. Revista Eletrônica do CEJUR, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006.

GORENDER, Jacob. Coerção e consenso na política. Estud. av. 2 (3) 1988.

JUNIOR, Cláudio Alcântara Meireles. “O Estado Novo por Getúlio Vargas: a verdadeira democracia é a democracia social?” Em tempos de história. (PPGHIS/UnB) No. 33, Brasília, Ago – Dez 2018 ISSN 2316-1191

NAPOLITANO, Marcos. “História do Brasil República: da queda da Monarquia até o fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016.

NETO, Lira. “Getúlio: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945). 1 edição - São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SILVA, Fernando Teixeira da. “Justiça de Classe”: tribunais, trabalhadores rurais e memória. Revista Mundos do Trabalho, vol. 4, n. 8, julho-dezembro de 2012, p. 124-160.

AMARAL, Azevedo. O estado autoritário e a realidade nacional. Versão para ebook, 2002.